

EXCLUSIVO

Ernesto Pérez Balladares
Presidente eleito do Panamá

A voltado torrijismo

O presidente do Panamá, Ernesto Pérez Balladares, analisa os desafios da nova democracia panamenha e se declara herdeiro do legado do general Omar Torrijos



Nils Castro

No dia 18 de maio os panamenhos elegeram Ernesto Pérez Balladares para a presidência, fazendo retornar ao poder o Partido Revolucionário Democrático (PRD), fundado por Torrijos em 1979, expulso do governo pela invasão norte-americana de 20 de dezembro de 1989. Esse "voto de castigo" – como foi qualificado por muitos observadores – foi, além disso, um repúdio contra o desemprego e os escândalos de corrupção gerados pelo governo de Guillermo Endara, colocado no poder e sustentado pelos Estados Unidos. Em uma entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, o novo presidente do Panamá aborda temas fundamentais da política nacional e centro-americana, em especial as relações do Panamá com os Estados Unidos, o futuro do Canal e o controle e a repressão ao tráfico de drogas. Mas, principalmente, em suas respostas Balladares trata de resgatar o legado do general Omar Torrijos para o processo de democratização panamenha e tomar distância dos que utilizaram o nome do desaparecido estadista para perpetuar-se no poder.

■ *Geralmente, na América Latina, se considera Omar Torrijos um ferrenho defensor do nacionalismo e da soberania. Porém, ainda há os que afirmam o contrário, acusando-o de ter entronizado uma ditadura no Panamá. O que o sr. tem a dizer sobre isso?*

– Omar Torrijos liderou, com ampla adesão interna e externa, o processo de recuperação de nossa soberania e integridade territorial.

Antes, afastou do poder os grupos oligárquicos que tradicionalmente monopolizavam a cena política e liderou o movimento para se conseguir reformas no campo da justiça e da solidariedade social, que deram um novo papel aos setores populares.

Finalmente, depois dos Tratados do Canal, ele traçou a linha de retirar os militares das funções políticas e devolver essa atividade às organizações civis, postulando uma efetiva democratização da vida nacional.

Para isso, fundou o Partido Revolucionário Democrático (PRD), destinado a continuar sua obra por meio da legítima disputa política. Mas, morreu antes de completar este último projeto e, lamentavelmente, alguns de seus sucessores militares desconheciam esta linha, obstinando-se em hegemonizar a atividade pública.

Portanto, devem-se distinguir dois períodos: o propriamente torrijista, dos anos 70 e início dos 80, e o da sua posterior deformação militarista. A partir de 1990, o PRD reivindica novamente o projeto democratizador originário do torrijismo, o que o reconfirmou como o principal partido do país.

Porém, cabe lembrar que as reformas dos anos 70 e os erros de fins dos 80 fizeram engrossar o número

de adversários do torrijismo, principalmente entre os que se sentiram prejudicados por aquelas reformas.

Estes ainda não hesitam em confundir aquelas duas etapas para, com má-fé, jogar a culpa em Omar Torrijos pelos erros que alguns cometeram depois de sua morte. Este é um estratagema publicitário dos grupos mais retrógrados do país e de alguns setores norte-americanos que ainda não se conformam em perder seu antigo enclave colonialista no Panamá.

■ *Durante os governos torrijistas, o Panamá foi solidário com importantes causas latino-americanas, como a solução política dos conflitos centro-americanos, a saída ao mar para a Bolívia ou a soberania argentina nas Malvinas. Qual será a posição do seu governo?*

– Continuaremos sendo solidários com as grandes reivindicações latino-americanas e, como sempre, procuraremos contribuir para sua solução por meio de acordos políticos entre as partes. Este foi, praticamente, o método que nos permitiu resolver os problemas em relação ao Canal. Isso também vale para velhos temas, como a falta de uma saída ao mar da Bolívia ou o isolamento de Cuba, e para outros mais recentes, como o protecionismo europeu contra a exportação latino-americana da banana.

Também é preciso levar em conta que, com o fim da Guerra Fria, existe um terreno melhor para solucionar os problemas de nossa região por meios políticos criativos.

■ *Durante a recente campanha eleitoral se acusou o PRD de ser um partido "contaminado por esquerdistas". Como o sr. avalia estas críticas?*

– Ainda está por se decantar o que se entenderá por "esquerda" nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais... Ao surgir, o torrijismo se inseria no que se denominava o "nacionalismo revolucionário" latino-americano e, em seu desenvolvimento, o PRD tem demonstrado amplas coincidências programáticas com a social-democracia.

Mas é bom recordar que as categorias de classificação política geralmente utilizadas são de origem européia e anterior ao presente. Por isso, sua aplicação aos grandes movimentos e partidos latino-americanos resulta controversa.

A melhor maneira de catalogar o PRD é dizer que é o partido torrijista, ou se ja, que resume e continua democraticamente as tradicionais reivindicações patrióticas e sociais do movimento popular panamenho.

■ *O sr. acha que a era dos militares no poder político já terminou na América Latina?*

– O importante é que neste campo temos tido importantes avanços. No mundo atual, a importância dos militares tende a diminuir e é preciso ajudá-los a definir funções socialmente mais úteis e menos onerosas. Em alguns casos, como o costarriquenho e o panamenho, a instituição militar inclusive desapareceu, pois decidimos ter só policiais profissionais, sob controle civil.

Mas o êxito dessa tendência também dependerá de que saibamos aprofundar a democracia em todas as esferas da vida nacional e torná-la eficaz para solucionar os principais problemas do nosso país.

Devemos desenvolver uma democracia na qual os setores populares possam confiar. Esta responsabilidade cabe igualmente às instituições financeiras internacionais e aos países mais ricos, que agora começam a compreender que devem nos ajudar a atingir este objetivo.

■ *O Panamá é a pontado como um dos países onde mais se manifesta o tráfico de drogas. O sr. avalia que os esforços realizados pelos governos latino-americanos têm sido suficientes para combater esta chaga?*

– Este é um problema global, uma cadeia com muitos elos, na qual vários países participam de diferentes maneiras: como produtores de matéria-prima, como vendedores de agentes químicos para elaborá-la, como lugares de processamento, como rotas de passagem, como locais de "lavagem" de lucros ilícitos ou, finalmente, como centros de consumo.

Estes últimos são os principais dinamizadores do sistema.

Portanto, a cadeia deve ser combatida em todos os seus elos. Mas acho que nessa luta a participação dos grandes centros de consumo, que também são os que dispõem de mais recursos, deve ser maior.

O Panamá, por sua posição geográfica, tem sido principalmente um ponto de passagem de drogas. Além disso, se detectaram atividades de "lavagem" no complexo financeiro internacional situado aqui, embora o grosso dessa atividade se realize em outros centros financeiros, em países mais desenvolvidos.

Infelizmente, sob o regime instalado no Panamá após a intervenção estrangeira de dezembro de 1989, o problema se agravou ao extremo de nos transformar em área de consumo, o que não acontecia antes. De fato, nestes últimos anos, não foram feitos suficientes esforços para combater esse problema. Nosso governo, em compensação, se empenhará com energia nessa luta.

"A droga é um problema global, uma cadeia com muitos elos. Mas, nesta luta comum, a contribuição dos grandes centros de consumo deve ser maior".

■ *O sr. considera que na América Latina esta luta é hegemonizada pelos Estados Unidos ou, ao contrário, que nossos países são soberanos nessa matéria?*

— Como disse antes, todos estamos envolvidos e os grandes consumidores devem contribuir para nos ajudar a garantir um maior êxito de nossas ações em nossa parte da cadeia.

Como um país pequeno e com outros grandes problemas, não poderíamos enfrentar a questão das drogas com nossos limitados recursos. Portanto, é justo que a Drug Enforcement Agency (DEA) e outras agências norte-americanas nos respaldem nessa luta, obviamente sem esquecer que em cada país é imperativo respeitar a soberania nacional. Esta não deve ser um obstáculo, mas um meio de cooperação.

O atual governo dos Estados Unidos é mais receptivo a nossos pontos de vista, se o compararmos aos seus antecessores. É preciso deixar de lado os ressentimentos mútuos que, em vez de aperfeiçoar nossas soberanias, dificultem atingir nossos objetivos.

■ *Há pouco tempo, Washington reiterou que respeitará os Tratados do Canal. Porém, ainda existem os que consideram os panamenhos incapazes de administrar o Canal depois de 31 de dezembro de 1999...*

— Claro que somos capazes e já o demonstramos amplamente a partir de 1979. O Canal foi inaugurado em 1914 e hoje no Panamá há muitas empresas públicas e privadas que manejam tecnologia mais avançada que a exigida para administrar a via interoceânica.

Em consequência dos Tratados Torrijos-Carter, mais de 85% dos funcionários que operam o Canal já são panamenhos e, como a operação da via hoje é uma responsabilidade binacional, ela se tornou mais segura, eficiente e rentável do que quando era uma empresa exclusivamente norte-americana.

Não precisamos de ajuda externa para administrar o Canal e melhorar seus atuais serviços. O que queremos é ampliar a variedade desses serviços nas áreas próximas à via, com a participação tecnológica e financeira de empresas latino-americanas e internacionais, em condições mutuamente vantajosas.

■ *A recente saída do Panamá das primeiras tropas norte-americanas, como parte do cumprimento dos Tratados, é um indício de que os Estados Unidos têm intenções reais de retirar-se completamente do país, pelo*

menos no plano militar, conforme o que ficou acertado?

— Além do fato de que temos nos empenhado para que os acordos sejam cumpridos, temos que levar em conta que as prioridades militares dos Estados Unidos, no mundo e na região, passaram por grandes mudanças. Dada a atual situação interna e internacional, a política regional de Washington passa por uma importante revisão, como se viu na América Central.

Isso favorece um melhor cumprimento dos Tratados, também no aspecto militar. Algo semelhante vimos com a evacuação das bases militares nas Filipinas, fato ocorrido pouco depois da intervenção no Panamá.

Porém, esse terrível episódio foi o último do seu gênero durante a Guerra Fria, que chegou ao fim pouco depois. Agora, ao contrário, os Estados Unidos estão fechando, por sua própria iniciativa, muitas de suas antigas instalações militares.

Embora a vigência dos Tratados nunca tenha sido negada por nenhuma das partes, estas novas realidades fortalecem a confiança em seu cumprimento.

Assim, o início da saída das tropas representa um marco: não só em relação aos Tratados, mas também porque, junto à mudança de administração em Washington e às recentes eleições panamenhas, também assinala o fim da intervenção estrangeira em nosso país.

■ *Alguns panamenhos afirmam que a saída dos militares norte-americanos prejudica o Panamá mais do que o beneficia...*

— Os grupos mais atrasados alegam que o fechamento das bases prejudicará nossa economia, pela perda de empregos de civis panamenhos que prestam serviços ali, e de clientes norte-americanos do comércio local. São as vozes que ainda restam de uma fração da oligarquia que lucra com o controle desse mercado, sem refletir no que isso implica em termos de danos à integridade territorial e moral da nação.

Mas, no final das contas, o povo se manifestou: nas recentes eleições os que defendiam esse ponto de vista sofreram sua pior derrota.

Na prática, é justamente o contrário. Essas bases ocupam de maneira improdutiva as áreas potencialmente mais ricas do território nacional. Sua conversão em complexos industriais e comerciais dará emprego a um número de pessoas muito maior do que o atual e os investidores panamenhos e estrangeiros de perfil mais modernizador poderão ali participar de projetos de interesse internacional imensamente mais atraentes, para eles e todos os panamenhos. ■

“Em função dos Tratados Torrijos-Carter, 85% dos que operam o Canal são panamenhos, o que aumentou a segurança e eficiência”